

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.864 - SP (2019/0239360-3)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : CENIRA ROSA NERO - SUCESSÃO
ADVOGADO : LEANDRO HENRIQUE NERO - SP194802
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : RENATO BARBOSA MONTEIRO DE CASTRO - SP329896
BRUNO PROENÇA ALENCAR - SP335558

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Cenira Rosa Nero - Sucessão contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu recurso especial com base na suficiência do acórdão recorrido, no óbice da Súmula 7/STJ e na falta de comprovação da divergência jurisprudencial.

A agravante afirma que houve cotejo analítico entre os acórdãos recorrido e paradigma.

Refere violação do art. 202, IV e V, do Código Civil, aduzindo que "o recomeço do prazo da prescrição não pode ser a data do trânsito em julgado, quando o próprio juiz sentenciante faz atos e traças planos de execução, que dão elasticidade temporal" (e-STJ, fl. 219).

Sustenta que o STJ, no julgamento do AgInt nos EDcl no REsp 1.405.186/SC, entendeu de maneira distinta da Corte *a quo*. Cita ainda a ementa do REsp 1.769.055/RS.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A inadmissão do apelo nobre, como dito acima, fundou-se na inexistência de vício de fundamentação no acórdão combatido, no empecilho da Súmula 7/STJ para a revisão do posicionamento adotado pela Turma julgadora e também na não demonstração do dissenso pretoriano.

No agravo, a parte não alega a existência de omissão no aresto impugnado, não afirma a desnecessidade do revolvimento de fatos e provas para a solução da controvérsia e muito menos demonstra ter realizado, no recurso especial, o cotejo analítico dos acórdãos comparados.

Conforme orientação sedimentada nesta Corte Superior, é necessária, no agravo, a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, sob pena de permanecerem incólumes os que não foram objeto de contestação.

Nesse sentido, cito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
PROCESSUAL CIVIL. RESOLUÇÃO/STJ 17/2013 E ART. 21-E DO
RISTJ. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO STJ. PRECEDENTES
DO STJ. DECISÃO SOBRE O PRIMEIRO JUÍZO DE
ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO

DOS FUNDAMENTOS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os artigos 1º e 3º da Resolução/STJ 17, de 4/9/2013, e o artigo 21-E do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental 24/2016, autorizam a Presidência desta Corte, antes da distribuição dos feitos, a não conhecer de recursos que não tiverem impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

2. Para se viabilizar o conhecimento do agravo em recurso especial, é necessário que a parte agravante impugne especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissão, o que não ocorreu na hipótese em exame.

3. A ausência de impugnação específica, na petição de agravo em recurso especial, dos fundamentos da decisão que não admite o apelo especial atrai a aplicação do artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.260.703/CE, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 14/9/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ADEMAIS, OS AGENTES POLÍTICOS SE SUBMETEM À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO REGIMENTAL DO IMPLICADO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Pela leitura das razões recursais, constata-se que, o agravante não rebateu, como lhe competia, todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do Recurso Especial, deixando de impugnar a incidência da Súmula 7 do STJ e ausência de cotejo analítico.

2. A parte agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão impugnada, autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles; incidência da Súmula 182 do STJ.

3. Ademais, e apenas por amor ao debate, registre-se que a jurisprudência desta Corte orienta que a ação de Improbidade Administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra pessoa com prerrogativa funcional. Nesse sentido: REsp. 1.138.173/RN, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.6.2015; REsp. 1.489.024/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 11.12.2014; EDcl na AIA 45/AM, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 28.5.2014; AgRg no AgRg na AIA 35/DF, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 10.2.2014).

4. Agravo Regimental do Implicado a que se nega seguimento.

(AgRg no AREsp 766.962/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/9/2018, DJe 20/9/2018)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. EXECUÇÃO ANTECIPADA DEFERIDA.

1. Não havendo impugnação específica acerca de todos os fundamentos da decisão que deixou de admitir o recurso especial, deve ser aplicado, por analogia, o teor da Súmula 182 deste Tribunal Superior. (AgRg nos EDcl no AREsp 803.840/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

2. O Ministério Público estadual possui legitimidade ativa recursal nesta Corte, nos processos em que seja parte, conforme entendimento consolidado no EARESP 1.327.573/RJ.

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é possível a execução provisória da pena, após prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação.

4. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena. (AgRg no AREsp 1.197.888/SC, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 24/8/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator